



PARTIDOCOMNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da **Comissão para a Educação,
Ciência e Cultura**

Assembleia da República

Assunto: Requerimento para as Audições do Secretário de Estado da Cultura e do Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual para prestar os devidos esclarecimentos sobre o apoio à produção cinematográfica no decorrer dos anos de 2012 e 2013, bem como as medidas a tomar no futuro.

O Governo PSD/CDS suspendeu o financiamento à produção cinematográfica a pretexto da apresentação de uma Proposta de Lei que viria a originar a Lei nº 55/2012. Independentemente dos motivos com que o Governo apresentou essa proposta, os factos comprovam os alertas do PCP, ou seja, a lei foi apenas um instrumento para dar cobertura ao não cumprimento das responsabilidades do Estado através do Instituto do Cinema e do Audiovisual perante o Cinema português.

Se é verdade, por um lado, que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português sempre criticou as opções políticas contidas na Lei do Cinema, não deixa de ser verdade, por outro, que o aí contido é, na ausência de outros mecanismos de financiamento, absolutamente essencial para a produção cinematográfica nacional.

São dois anos sem qualquer apoio, apesar das sucessivas declarações de responsáveis do Governo. Esses dois anos tiveram implicações severas ou mesmo fatais para muitas empresas e profissionais do sector e isso significa que, mesmo num novo contexto gerado por uma eventual alteração legislativa, terão sido suspensos durante dois anos os pagamentos do apoio à produção cinematográfica o que impôs uma autêntica prova de resistência a inúmeros agentes e estruturas do setor, prova a que muitas poderão sucumbir, principalmente as mais frágeis.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

O cinema português não morrerá, tal como a arte e a cultura não morrerão, independentemente de ser essa a vontade do Governo e de tudo fazer para liquidar as estruturas de produção com menor envergadura. Mas a produção cinematográfica deve realizar-se com o apoio do Estado, não apenas para existir, mas acima de tudo para poder assegurar a todos o direito a fruí-la.

De acordo com a Lei do Cinema, é com base nos relatórios trimestrais da ANACOM que se procede ao cálculo da taxa a cobrar aos operadores de serviços de televisão por subscrição. No entanto, nos termos da sua regulamentação estabelecida no Decreto-Lei nº 9/2013, tal relação não é estabelecida na medida em que os operadores pagam a taxa por mecanismo de autoliquidação, fornecendo ao ICA os dados necessários para o cálculo da taxa, nos termos da lei.

Não tendo havido lugar à liquidação da taxa, impõe-se saber que motivos estão na origem dessa falta. Em audição parlamentar, a ANACOM assume que os operadores não faltaram às comunicações a que estão obrigados junto dessa autoridade, mas que tais obrigações podem não ter sido cumpridas junto do ICA, como estabelece a lei. Se foram comunicados os números por parte das operadoras que ainda não procederam à liquidação, é grave que ainda não tenha havido cobrança e se não foram é grave que o ICA não tenha utilizado qualquer mecanismo de cobrança, principalmente quando, nos termos da lei em vigor, é o ICA a própria entidade fiscalizadora do regime de taxas. Qualquer um dos cenários é preocupante.

Apesar de esta situação relevar com grande intensidade o real objetivo com que o Governo tem gerido a política de Cinema – suspender o apoio –, a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura deve mobilizar todos os esforços para apurar as responsabilidades. As responsabilidades políticas inerentes à redação e aprovação de uma Proposta de Lei inconsequente, difusa e alegadamente inaplicável e as responsabilidades políticas e administrativas de um Secretário de Estado da Cultura e do ICA que, até ao momento, não utilizaram nenhum mecanismo para corrigir o problema que coloca em risco o Cinema e faz do Governo o principal incumpridor da lei.

Assim, ao abrigo dos termos regimentais e constitucionais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português requer a V. Exa que se digne solicitar a presença, em audições individuais, do Secretário de Estado da Cultura e do Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual, em reunião da Comissão a que preside para prestar os devidos esclarecimentos sobre o apoio à produção



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

cinematográfica no decorrer dos anos de 2012 e 2013, bem como sobre as medidas a tomar no futuro.

Assembleia da República, 8 de janeiro de 2014

Os Deputados,

Miguel Tiago

Rita Rato

Paula Baptista